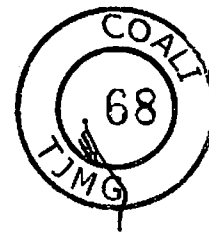




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância



HOMOLOGAÇÃO

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº 1.839 de 08.12.2005 homologo a licitação abaixo:

Processo: nº 2124/2013

Licitação: nº 162/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios – Chá Mate, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital. Ata de Registro de Preços 05/2014.

LICITANTE VENCEDOR:

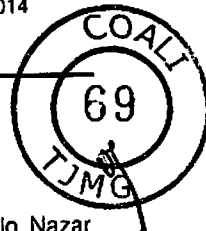
Lote Único: MERCEARIA INDIANÓPOLIS LTDA - ME.

Valor Total: R\$54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2014.

ADRIANA LAGE DE FARIA NAVARRO

Diretora-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, em exercício



Extrato de decisão/despacho: Julgo extinta a obrigação com relação ao crédito de Eder Rômulo Azevedo Silva.

Precatório nº 780/2004 Alimentar

Devedor: Estado de Minas Gerais

Credor: Sérgio Carvalho de Castro

Advogado(s): Stella Maria Jorge Bastineto OAB/MG 54.699; Elisa Teixeira de Faria OAB/MG 77.508; Fábio Murilo Nazar OAB/MG 76.955; Geraldo Ildebrando de Andrade OAB/MG 64.127; Ronaldo Maurílio Cheib OAB/MG 38.933; Bárbara Maria Brandão Caland Lutosa OAB/MG 142.258

Extrato de decisão/despacho: SÉRGIO CARVALHO DE CASTRO, credor neste precatório, peticionou às fls.54, e requereu o levantamento do crédito reservado às fls.50. A documentação apresentada pelo credor está regular, razão pela qual poderá sacar seu crédito. Assim, DETERMINO a liberação da quantia reservada às fls. 50, e a expedição de alvará para pagamento ao credor Sérgio Carvalho de Castro, mediante o recolhimento dos tributos, se for o caso, com comprovação nos autos e os registros contábeis. O valor devido ao credor deverá ser depositado na conta bancária indicada às fls. 54. Tudo feito, aguardem-se novos pedidos de liberação dos créditos de fls.51/52.

Marilene de Vasconcelos Albrigo
Assessora Técnica II

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Adriana Lage de Faria Navarro, em exercício.

Processo Administrativo nº 029/2013 - DIRSEP.

Representada: O DISTRIBUIDOR DE VARIEDADES LTDA. – ME.

Edital de Licitação nº 096/2012 - Processo nº 1147/2013 – Pregão Eletrônico.

NOTIFICAÇÃO

Através da presente fica a empresa **O DISTRIBUIDOR DE VARIEDADES LTDA. - ME INTIMADA** a apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS** no processo administrativo nº 029/2013/DIRSEP instaurado contra essa empresa, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, nos termos da Portaria nº 1.427/2003, com as modificações da Portaria nº 1.685/2005, ambas deste Tribunal, em face da infringência do Item 9, subitem 9.1, do Edital de Licitação nº 096/2012 - Processo nº 1147/2013 – Pregão Eletrônico; relativo à irregularidade constatada pela GECOMP/COALI conforme se depreende da CI nº 176/2013, acostada nas fls. 02 do processado e que diz respeito a não apresentação da documentação exigida para o certame, apesar de ter sido regularmente convocada nos termos do Edital, e consequente não manutenção da proposta; sob pena de aplicação das sanções previstas no item 14 do Edital de Licitação em tela, sem prejuízo da aplicação do art. 16 do Decreto Estadual nº 44.786/08; do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/12; bem como do art. 87 da Lei 8.666/93 e demais cominações legais; em virtude de encontra-se em lugar incerto e não sabido, não sendo possível, portanto, notificá-la pessoalmente; de acordo com o art. 40, § 2º, *in fine*, do Decreto Estadual nº 45.902/2012.

Esclarecemos, outrossim, que o referido processo encontra-se com "vistas" à representada, além de que as alegações finais, bem com os demais documentos que V. S.ª quiser trazer aos autos, devem ser dirigidos obrigatoriamente à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio - DIRSEP deste Tribunal, situada na Rua Timbiras nº 1802, Centro, CEP 30.140-061, nesta Capital.

Para conhecimento de todos lavrou-se a presente notificação.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2014.

Adriana Lage de Faria Navarro.
Diretora Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, em exercício.

HOMOLOGAÇÃO

Processo: nº 2124/2013

Licitação: nº 162/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios – Chá Mate, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital. Ata de Registro de Preços 05/2014.

LICITANTE VENCEDOR:

Lote Único: MERCEARIA INDIANÓPOLIS LTDA - ME.

Valor Total: R\$54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 05/2014

PROCESSO Nº 2124/2013

LICITAÇÃO Nº 162/2013 - Pregão Eletrônico

VIGÊNCIA: até 27.01.2015

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 de 18.04.2008, nº 46.311 de 16.09.2013, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO – MERCEARIA INDIANÓPOLIS LTDA – ME, com sede na Rua Indianópolis, nº 907, Bairro Cachoeirinha, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31130-470, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.263.096.0001-83, neste ato representada por sua sócia, Sra. Patrícia Gabriela Andrade Ribas, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, portadora da Carteira de Identidade nº MG 10.409.840, CPF nº 089.739.676-65.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Produtos Alimentícios - Chá Mate, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 162/2013 - Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o objeto nele registrado nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o(s) beneficiário(s) do registro terá(ão) preferência.

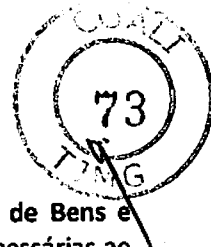
DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor(es) registrado(s) encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar o termo contratual.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a retirar o termo contratual, poderão ser convocados os demais beneficiários relacionados neste instrumento, respeitadas as condições de fornecimento e a ordem de classificação nesta Ata.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega será de, no máximo, 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação a ser feita pela Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT diretamente ao fornecedor.

6.2. Os produtos deverão ser entregues na COMAT, situada no Galpão Camargos, Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30h.

6.2.1. O fornecedor deverá agendar na COMAT, por meio dos telefones (31) 3419-9719 e (31) 3419-9751, as entregas dos materiais, sob pena de recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido no termo contratual;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 01 (um) dia útil quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

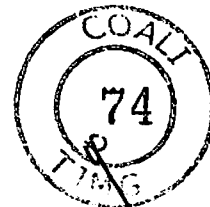
8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado;

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância



8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega estabelecido na *Cláusula Sexta* deste instrumento e as quantidades constantes na nota de empenho ou no termo contratual, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de até 01 (um) dia útil e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar, quando da execução do pedido contido no termo contratual ou nota de empenho;

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará no termo contratual;

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada contratação, o fornecedor deverá emitir nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.
9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = i/365 onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou fato que altere o custo dos serviços ou bens registrados.

10.1. As alterações de preços desta Ata obedecerão às regras contidas no art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311 de 16.09.2013;

10.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item ou do lote ou de toda a Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO BENEFICIÁRIO DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O registro do preço de beneficiário específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o beneficiário não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o beneficiário não retirar o termo contratual ou nota de empenho no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) quando o beneficiário der causa à rescisão administrativa da contrato ou nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) quando o beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) quando o beneficiário sofrer sanção prevista nos inc. III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei 10.520/2002.
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.
- g) quando ocorrer fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique ou impeça a execução do objeto e o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, mediante solicitação escrita do fornecedor.

11.2. O cancelamento nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c", "e" e "f", será formalizado por despacho da Autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

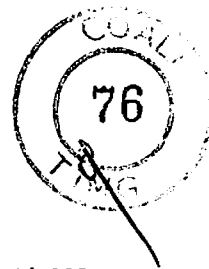
11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância



11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do termo contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar o termo contratual, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA/MODELO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O TRIBUNAL poderá aceitar que o fornecedor entregue produto de marca/modelo diversos daqueles inicialmente registrados, por motivo de fato superveniente. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca/modelo pretendidos.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca/modelo pretendidos com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca/modelo pretendidos.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca/modelo.

13.3. Caso o TRIBUNAL acate o pedido de troca de marca, o fornecedor não poderá, de forma alguma, majorar o preço inicialmente registrado.

13.4. A alteração da marca/modelo inicialmente registrados será devidamente publicada no Diário do Judiciário eletrônico – DJe.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar o termo contratual decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.



14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.
E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2014.

Pelo TRIBUNAL:

JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Desembargador Presidente

Pelo FORNECEDOR:

Patrícia Gabriela Andrade Ribas
PATRÍCIA GABRIELA ANDRADE RIBAS
Sócia Administradora

Testemunhas:

[Assinatura]
26/12/18

Bruno A. Vinotto
+63394

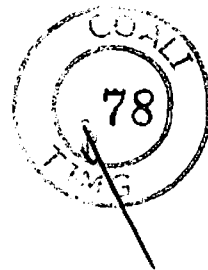


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância

ANEXO I DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCA(S), PREÇO(S) E FORNECEDOR(ES)
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 05/2014)

| LOTE | CÓDIGO TIMG | QUANTIDADE REGISTRADA | UNID. | ESPECIFICAÇÕES | MARCA | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | FORNECEDOR |
|-------|----------------|--------------------------|-------|--|-------|-------------------------|--|
| ÚNICO | 70.20.014-9 | 600.000 | Sachê | Chá mate, tostado, sabor natural, sem glúten. Sachê com, no mínimo, 1,6 gramas. Embalados em caixas contendo entre 20 a 25 sachês. | REAL | 0,09 | MERCEARIA INDIANÓPOLIS LTDA - ME |

By Albas



Lote 1: Fornecedor: R da Silva Rodrigues - ME.

Item 1.1: Caixa de Papelão para Arquivo

Valor Unitário: R\$0,81

Quantidade registrada: 200.000

AVISO

Licitação: 008/2014

Processo: 2169/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Confecção e fornecimento de carimbos diversos, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do edital.

Data da sessão pública:

- Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 07.02.2014.

- Abertura das propostas às 14h00min do dia 07.02.2014.

- Início da disputa às 14h45min do dia 07.02.2014.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no sítio www.tjmg.jus.br – Licitações – 2014. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014

Processo: 2124/2013

Licitação: 162/2013

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios – Chá mate, conforme, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital.

Vigência: de 27.01.2014 a 27.01.2015

LICITANTE VENCEDOR:

Lote 01: MERCEARIA INDIANÓPOLIS LTDA – ME.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio www.tjmg.jus.br link licitações 2013.

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo: Hilton Secundino Alves

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

DIÁRIAS DE VIAGEM

Nome: Caetano Levi Lopes, Cargo: Desembargador, Destino: Januária - MG, Atividade Desenvolvida: Presidir audiência em processo de Exceção de Incompetência na Comarca, Data saída: 29/01/2014, Data retorno: 31/01/2014, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Darci Campos Borges da Cruz, Cargo: Oficial Judiciário B, Destino: Juiz de Fora - MG, Atividade Desenvolvida: Encaminhar adolescente para a comarca de Juiz de Fora conforme ofício 2014/GAB-CÍVEL/BH, Data saída: 09/01/2014, Data retorno: 09/01/2014, Qt. Diárias: "0,5".

Nome: Emerson Chaves Motta, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Participar do Curso sobre o Funcionamento dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos - Treinamento em Políticas Públicas, Data saída: 01/08/2013, Data retorno: 03/08/2013, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Heladia Gomes Cordeiro, Cargo: Téc Apoio Jud. 1º Ent. A - I, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Efetuar cadastramento de Certificado Digital conforme Ofício-Circular 179/CGJ/2013, Data saída: 20/12/2013, Data retorno: 21/12/2013, Qt. Diárias: "1,5".

Nome: Isabela Horta Maciel Ribeiro, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Curvelo - MG, Atividade Desenvolvida: Inspeção técnica a ser realizada na 1ª Vara Cível da Comarca de Curvelo, conforme Portaria nr 3.002/CGJ/2013., Data saída: 20/01/2014, Data retorno: 24/01/2014, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: José Leão Santiago Campos, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Participar do Curso sobre o Funcionamento dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos - Treinamento em Políticas Públicas, Data saída: 13/12/2013, Data retorno: 13/12/2013, Qt. Diárias: "0,5".